

## Modelo de Parecer desfavorável do Órgão Municipal de Defesa Civil

**PREFEITURA MUNICIPAL DE Inserir o nome do município.**

Inserir o nome do órgão municipal de defesa civil

PARECER TÉCNICO Nº: Inserir o nº do Parecer

**Interessado:** Prefeitura Municipal de [inserir o nome do município]

**Assunto:** Decretação e reconhecimento de situação de emergência/estado de calamidade pública

**Referência:** inserir o nº do decreto municipal

**Desastre:** Inserir o nome do desastre seguido do número da COBRADE (conforme IN/MI nº 1/2012)

### DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Consoante preceitua a [inserir a fundamentação legal (Instrução Normativa nº 01/2012, do Ministério da Integração Nacional)]:

A situação de emergência ou o estado de calamidade pública serão declarados mediante decreto do Prefeito Municipal, do Governador do Estado ou do Governador do Distrito Federal.

A decretação se dará quando caracterizado o desastre e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial, que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à resposta aos desastres, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas;

Nos casos em que o desastre se restringir apenas à área do DF ou do Município, o Governador do Distrito Federal ou o Prefeito Municipal, decretará a situação de emergência ou o estado de calamidade pública, remetendo os documentos à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para análise e reconhecimento caso necessitem de ajuda Federal

O reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública pelo Poder Executivo Federal dar-se-á mediante requerimento do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município afetado pelo desastre.

O requerimento para fins de reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública deverá ser acompanhado de parecer do órgão Municipal, Distrital ou Estadual de Proteção e Defesa Civil, fundamentando a decretação e a necessidade de reconhecimento federal.

### DA ANÁLISE

A presente documentação foi analisada com base nos critérios definidos na [inserir a fundamentação legal (IN/MI nº 01/2012)]. Após a leitura constatou-se que:

Inserir os itens que estão em desacordo com a IN/MI nº 01/2012

1. A documentação obrigatória [inserir o(s) nome(s) do(s) documento(s) faltante(s)] constante do [inserir a fundamentação legal (inciso(s)... do §3º do artigo 11)] não foi preenchida;

ou

1. A documentação obrigatória constante do [inserir a fundamentação legal (§3º do artigo 11)] foi preenchida, mas não contém as informações necessárias para a análise técnica;

## Modelo de Parecer desfavorável do Órgão Municipal de Defesa Civil

2. Os danos informados no Formulário de Informações do Desastre - FIDE não são relativos ao fenômeno causador do presente desastre;

ou

2. Os danos informados no Formulário de Informações do Desastre - FIDE são relativos ao fenômeno causador do presente desastre, mas não se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos nos [inserir a fundamentação legal (parágrafos 1º a 3º do artigo 4º (se S.E) ou 1º a 3º do artigo 5º (se E.C.P))];

3. Os prejuízos econômicos [inserir públicos ou privados, conforme o caso] informados no Formulário de Informações do Desastre - FIDE não são relativos ao fenômeno causador do desastre;

ou

3. Os prejuízos econômicos [inserir públicos ou privados, conforme o caso] informados no Formulário de Informações do Desastre - FIDE são relativos ao fenômeno causador do desastre, mas não se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos nos [inserir a fundamentação legal (parágrafos 4º ou 5º do artigo 4º ( se S.E) ou 4º ou 5º do artigo 5º (se E.C.P))].

4. Os danos e prejuízos decorrentes do evento adverso não implicaram no comprometimento da capacidade de resposta econômica e(ou) administrativa do poder público municipal;

5. O prazo para envio da documentação solicitando o reconhecimento, estabelecido no [inserir a fundamentação legal (§2º do artigo 11 ou artigo 12 - sumário)] foi descumprido sem justificativa.

6. Outros (ex.: O fenômeno adverso alegadamente causador do desastre declarado não ocorreu)

### DA CONCLUSÃO

Inserir um dos textos abaixo, conforme o caso:

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, conclui-se que os requisitos estabelecidos na [inserir a fundamentação legal (IN/MI nº 01/2012)] para a decretação e para a solicitação de reconhecimento federal não foram cumpridos.

Desta forma, sugere-se a devolução da documentação ao Senhor Prefeito Municipal para:

1. Tornar sem efeito o Decreto que declara Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública no município;
2. Arquivamento da documentação.

OU

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, conclui-se que os requisitos estabelecidos na [inserir a fundamentação legal (IN/MI nº 01/2012)] para a decretação foram cumpridos. Todavia, os requisitos para a solicitação de reconhecimento federal não foram cumpridos.

## Modelo de Parecer desfavorável do Órgão Municipal de Defesa Civil

Desta forma, sugere-se a devolução da documentação ao Senhor Prefeito Municipal para arquivamento da documentação, esclarecendo que a declaração é válida em nível municipal e assegura a prática de todos os atos administrativos do chefe do poder executivo, necessários ao atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à resposta, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas pelo desastre.

É o parecer.

Inserir o nome do município, Inserir o dia de Inserir o mês de Inserir o ano.

Inserir o nome do responsável pelo órgão de defesa civil do município

Inserir o cargo